

A IMPORTÂNCIA DA PARENTALIDADE POSITIVA NO PROCESSO DE AUTOINTEGRAÇÃO E DE APRENDIZAGEM DO SER HUMANO

Gervásio Araújo

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação U. Porto
araujog@uol.com.br

Cristina Rocha

Universidade do Porto - FPCE

INTRODUÇÃO

A sabedoria popular professa a ideia de que “criar um filho saudável” é a maior necessidade dos pais e das mães com o que estão contribuindo para um mundo melhor. É algo como ter a gratificação pelo cumprimento da sua missão, em virtude do bom desempenho e da qualidade do exercício da Parentalidade.

Sou Gervásio Araújo, médico, psiquiatra, psicoterapeuta, ativista quântico, mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, pai de três filhos e doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Durante mais de 40 anos desenvolvendo uma prática psiquiátrica e psicológica, mediante os atendimentos clínicos e psicoterápicos, muitas vezes me deparava com adolescentes, adultos, pais e famílias demonstrando grandes angústias por apresentarem os mais diversos sintomas das neuroses, das psicoses e dependência das drogas após usar os inúmeros recursos disponíveis, no máximo apresentavam algumas melhoras temporárias, mas, depois de algum tempo, as recorrências eram evidentes.

Agraciado pelo IV Simpósio Luso-Brasileiro de Estudos da Criança para apresentar trabalho referente ao tema constante no Eixo 3 – Instituições e Cotidianos, onde se incluem temáticas como Educação Formal, direitos, e se interrogam os processos institucionais e as formas de vida cotidiana das crianças, rompendo com a dicotomia entre estrutura e ação e procurando integrar os modos instituintes com que as crianças, nas mais diversas condições e circunstâncias, constroem suas vidas, com e sem os adultos –, venho com este texto apresentar uma comunicação intitulada *A importância da parentalidade positiva no processo de autointegração e de aprendizagem do ser humano*.

Considerando ainda que estou no ponto de construção do “*design*” da intenção de investigação a que me proponho no doutoramento, neste apresentamos como objeto uma proposta de investigação focada na *Parentalidade Positiva*, nos *Direitos da Criança*, na *Educação Formal* e na *Criança como Ator Social*.

Na Europa

O conceito de Parentalidade Positiva está consagrado no relatório que se segue à conferência dos ministros europeus responsáveis pelos assuntos da família e que se intitula: **Evolução da parentalidade: as**

crianças de hoje, os pais de amanhã. Parentalidade positiva na Europa contemporânea. Este relatório publica-se sob a direção de Mary Daly em dezembro de 2006 (POTHET, 2015, p. 97). **(tradução nossa)**

Com efeito, desde a promulgação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), em 1989, que a Parentalidade se vê investida de uma nova concepção e tem um lugar importante nas políticas de família e de proteção à infância, emergindo três novos conceitos interligados e ancorados à CDC e ao máximo princípio do *superior interesse da criança*: *Parentalidade Positiva*, *Responsabilidade Parental* e a *Criança “ator social”*.

No contexto da Parentalidade Positiva, identificamos a importância potencial para a autointegração do indivíduo, por se tratar de um conjunto de orientações destinadas a permear as relações entre adultos e crianças: entre os pais e os filhos, os professores e os alunos, outros adultos e as crianças, os quais direcionam as relações para um plano de saúde, adequação e coerência, evitando as diretivas que causam os transtornos psicológicos e emocionais, as confusões e os desvios de condutas. Assim, teremos pessoas conscientes, saudáveis e mais bem integradas.

O saber da Parentalidade Positiva constitui, ainda, um fator exponencial na evolução humana, propiciando o aprender a sermos verdadeiramente seres humanos, com potencial para transmitir, multiplicar, expandir e, assim, contribuir para a criação de seres humanos saudáveis. Haja em vista que o objetivo desta proposta de investigação é contribuir para a inclusão do tema da Parentalidade Positiva e dos Direitos da Criança na Escola, complementando o currículo das crianças e o currículo da formação dos professores e dos auxiliares de ensino, dado o seu potencial para a prevenção primária de transtornos intergeracionais e a concretização dos Direitos da Criança. Esse conteúdo passará a fazer parte dos currículos, complementando a Educação Formal com o objetivo específico de atuar na prevenção das dificuldades intergeracionais. Isso tem sido a minha grande motivação desde há muito tempo, no meu contexto profissional, e a especial razão de estar fazendo este doutoramento.

Encontro na Parentalidade Positiva uma alternativa convincente, por tratar-se de um contributo esclarecido para nortear a relação entre os pais e os filhos, estando estes em desenvolvimento de sua estrutura de personalidade, ainda em estado inicial, o que irá possibilitar a construção de uma vida psíquica, física e relacional com mais saúde e bem-estar.

Assim, é provável que um novo contexto aprendido e apreendido para a educação dos filhos mude o significado do velho provérbio “tal pai, tal filho”, direcionado agora aos pais e mães. Algo a respeito ~~também~~ aparece na obra *Que pais? Que Filhos?* Na qual SULLEROT (1992, p. 7), ainda que se referindo à evolução da paternidade, declara que esta “parecia afirmar uma evidência e não suscitava nenhuma contradição ou, sequer, qualquer dúvida na sucessão de gerações por séculos e séculos, amém! “

Entre outras continuidades (estatuto social, identidade de gênero, papel), pas-

sam também, de geração em geração, todos os construtos da estrutura psicológica dos pais. Portanto, uma possibilidade preventiva das dificuldades que adoecem os filhos está nesta proposta de mudança de paradigma na educação, onde se incluem os enunciados da Parentalidade Positiva e os Direitos da Criança. Acreditamos que o tempo poderá responder de forma diferenciada à questão que importamos de Sullerot, estendendo-a às mães e educadores: “Que pais serão amanhã os filhos de hoje?” (SULLEROT, 1992, p. 311).

Considerando que o conhecimento de todas as teorias referentes às mais diversas áreas do conhecimento e da ação humana, desde o alfabeto de qualquer idioma, assim como as artes e as profissões, é fornecido na escola, a inclusão da Parentalidade Positiva e dos Direitos da Criança nos currículos dos professores poderá constituir um conteúdo importante para ampliar aprendizado de educandos e educadores. Neste sentido, o professor é uma figura central no contexto parental, porque seu papel educacional se apresenta como elo de uma cadeia em que estão presentes pais, filhos e escola. E esse espaço é deveras significativo e, conforme BERNSTEIN (1973, p. 27), “[...] socialmente aprovado, através do qual a criança em desenvolvimento pode enaltecer o autorrespeito. De tal modo a estrutura social da escola, os meios e fins da educação criam um quadro que a criança está apta a aceitar, a responder e a explorar”.

Então, deparamos com as funções da escola, as quais têm, entre outras, um papel fundamental, necessário e poderoso no ensinamento de questões que podem vir a contribuir para a estruturação de um melhor caráter nos seres humanos.

Em suma,

A súbita preeminência deste tema [da Parentalidade Positiva] e sua origem institucional nos levam a questionar o lugar ocupado pela criança, sua proteção e seu interesse na definição do referencial da política de apoio à parentalidade. No entanto, deve-se notar que **o conceito de interesse da criança não se sobrepõe àquele, de proteger a criança, que é muito mais restritivo**. Enquanto o último nos lembra dos argumentos sobre o conceito de risco (...), **o primeiro concebe uma criança “portadora de direitos”**. O reconhecimento institucional de uma **“criança sujeito de direitos”** remonta a 1992, quando o Parlamento Europeu proclamou uma Carta dos Direitos da Criança. Em 1996, a Europa adota uma convenção sobre “o direito das crianças” e continua a se posicionar no campo por meio de estratégias, programas e recomendações como a recomendação emitida pelo Conselho de Ministros. reunião em dezembro de 2006, em Lisboa, sobre a promoção e divulgação do conceito de “Parentalidade Positiva” (POTHET, 2015, p. 97). **(carregado nosso)**

REFERENCIAL TEÓRICO

Daremos ênfase, neste tópico, ao estudo referencial da Parentalidade, Parentalidade Positiva, Direitos da Criança e a Criança como Ator Social.

PARENTALIDADE

Segundo Pecnik:

A infância e a Parentalidade sempre fizeram parte da vida social dominada por ideais e ética, que são muitas vezes disputadas por uma sociedade ou outra e geralmente dentro da sociedade. Daí, sabemos que em todos os tempos, nas diversas sociedades, o modelo de Parentalidade sempre divergiu de uma sociedade para outra. As famílias sempre se mantinham fechadas dentro de suas casas com seus padrões determinantes e suas diversas consequências (PECNIK, p. 13 in Daly, Mary, 2007).

Na introdução deste trabalho, mencionamos a necessidade de os cuidadores aprenderem novos roteiros que sejam coerentes para todos e que coloquem a criança e os seus direitos no centro da ação educativa. Correspondendo a um novo paradigma na contemporaneidade, outras concepções se observam historicamente.

No século XVIII, por exemplo, para Rousseau as crianças nasciam pré-formadas, dotadas de todos os aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento, cabendo aos pais propiciar um ambiente que fosse o mais permissivo possível para ensejar a realização de potencial. Em contrapartida, havia outro modelo com visão oposta segundo o qual a criança nascia como uma pasta em que os adultos podem modelar, na forma preferida, o produto final (PECNIK, p. 14-15 in Daly, Mary, 2007)

Por sua vez, em seus estudos sobre a relação parental, FRANÇA (2013) e RECAMEI SENA (1961) recorrem ao referencial teórico da Parentalidade, que surge nos EUA com BENEDECK (1959). A partir da publicação do texto *Parenthood as a Developmental Phase*, cujo objetivo era ultrapassar as análises da função paternal e maternal de modo diferenciado, passando a referir-se ao processo de desenvolvimento psicoafetivo relativo ao pai e à mãe no momento do nascimento do bebê. Mas o conceito não se esgota na perspectiva psicológica. Tendo-se tornado um conceito transdisciplinar MARTIN (2012, p. 26), as abordagens antropológicas, sociológicas e jurídicas assumem hoje a função parental no quadro de múltiplas relações de parentesco, para além das biológicas.

Contudo, os princípios da Parentalidade Positiva inspirados nos direitos das crianças, quando aprendidos e aplicados de forma coerente e sintônica por todas as pessoas cuidadores de crianças, certamente farão crescer uma uniformidade de atitudes que corresponderão ao esperado.

Pelo exposto ficamos conscientes que os tempos mudam, a ciência evolui, homens e mulheres se transformam e novos paradigmas surgem. Como referimos ~~exemplo~~, veja-se que desde a Convenção dos Direitos da Criança, em 1989 a Parentalidade Positiva tem um lugar importante nas políticas de família e de proteção à infância.

PARENTALIDADE POSITIVA

Consideramos que a Parentalidade Positiva contribui com as formas biopsiologicamente adequadas e coerentes de orientar, de mostrar, de criar e educar uma criança.

No campo da pedopsiquiatria, WINTERHOFF (2011) mostra o que causa a doença e o que causa a saúde. Por suas observações, supomos que, se pudermos associá-las com algumas ideias da Parentalidade Positiva, teríamos alguns indicativos das formas saudáveis de atuar com a criança.

É aí onde suspeitamos que a Parentalidade se potencializa, porque parentalidade biológica não basta para que o seu exercício seja saudável. Por outro lado, exerce atitude parental qualquer adulto que esteja, em qualquer circunstância, diante de uma criança com uma atitude que precise de alguma orientação.

Assim, estamos realmente adentrando um novo paradigma concernente a um novo padrão a ser considerado no processo de criação e educação das crianças. Daí a escola, os professores, os auxiliares de ensino, as crianças, os pais e todas as pessoas da família e da comunidade terem necessidade de aprender os princípios da Parentalidade Positiva e reconhecer os Direitos da Criança, podendo estar contribuindo para pessoas serem criadas num novo contexto, ajudando a sermos melhores seres humanos, pois

Cada ser humano traz um potencial inato para amadurecer, para se integrar, porém o fato de essa tendência ser inata não garante que ela realmente vá ocorrer. Dependerá de um ambiente facilitador, que forneça cuidados que precisa, sendo que, no início, esse ambiente é representado pela mãe suficientemente boa (WINNICOTT, 1971, p. 48).

Na Parentalidade Positiva e nos Direitos das Crianças, encontramos uma alternativa concreta para a resolução das dificuldades referidas anteriormente, por entender que constituem um potencial para a prevenção primária dos transtornos intergeracionais. Haja em vista que a Parentalidade Positiva e o reconhecimento dos Direitos da Criança referem-se ao aprendizado de novas e atualizadas atitudes parentais, nas quais o superior interesse das crianças está em primeiro plano, como estipula o artigo 3º da Convenção dos Direitos da Criança:

“Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança” (UNICEF, p. 6)

Isso nos leva a crer que apontamos caminhos e recursos que possam prevenir os transtornos psicológicos denominados intergeracionais, por meio do aprendizado da Parentalidade Positiva e dos Direitos da Criança, por professores, auxiliares de ensino, alunos e futuros pais. Assim, deixaremos um importante contributo para as próximas gerações. Dentre tantas referências com relação ao assunto, destacamos as contribuições constantes no relatório produzido pela comissão de peritos da Europa sobre Infância e Família (CS-EF), intitulado *Evo-*

*lução da Parentalidade: as crianças de hoje, os pais de amanhã. Parentalidade positiva na Europa contemporânea*²⁴⁷, com edição de MARY DALY (Conférence des Ministres Européens, Charges des Affaires Familiales, XXVIIIème session, mai. 2006), nomeadamente a chamada de atenção sobre a proposta de uma educação não-violenta como um elemento da Parentalidade Positiva.

Em suma, a Parentalidade Positiva e o bom-trato assentam-se em três pilares fundamentais: conhecer; proteger e dialogar com a criança. E integram 10 princípios:

1º Os meninos e as meninas têm direito ao cuidado e orientação apropriados; 2º A Parentalidade Positiva se baseia em: Conhecer, Proteger e Dialogar. Conhecer e entender as meninas e os meninos, como se sentem, pensam e reagem aos fatos de acordo com seu desenvolvimento. Oferecer segurança e estabilidade; os meninos e as meninas têm que confiar em seus pais, se sentirem protegidos e orientados. Optar pela resolução dos problemas de forma positiva; sem brigas, castigos físicos, gritos, ameaças e insultos.

3º O vínculo afetivo deve ser determinante.

4º O afeto deve demonstrar-se abertamente para que os meninos e as meninas sintam-se queridos.

5º As normas e limites são importantes: dão-lhes segurança. 6º Os meninos e as meninas devem participar do processo de tomadas de decisões e sentirem-se responsáveis.

7º Se eles podem sancionar quando se portam mal, porém não de qualquer forma.

8º O abuso, o insulto, a ameaça, os gritos não são eficazes nem adequados aos meninos e meninas.

9º. Os conflitos podem ser resolvidos sem violência; a escuta ativa permite entender com clareza o ponto de vista do outro, mesmo que não se concorde. A empatia, colocar-se no lugar do outro, se tocar no que sente. Não ter atitude agressiva, como insultos, chantagens ou ameaças. Negociar saídas para o problema, às vezes cedendo e assumindo compromissos.

10º Para que os meninos e as meninas estejam bem, é importante que os pais também se sintam bem. (Fonte:<http://www.savethechildren.es/quieroquetequiero>).

Por todos esses fatores destacados acima e muitos outros apresentados na vasta bibliografia, estamos convictos da elevada contribuição da Parentalidade Positiva, ensinada, aprendida e praticada, na prevenção primária dos processos intergeracionais.

OS DIREITOS DA CRIANÇA

Debruçar-me sobre os Direitos da Criança me faz lembrar da máxima “antes tarde do que nunca”. Contudo, certamente muitas pessoas teriam tido melhores condições de viver as suas vidas com mais alegria, saúde e bem-estar se há muito tivéssemos tido a oportunidade que agora se faz.

Sabemos que no universo somos regidos por leis. Ao seguirmos, estamos em

²⁴⁷ Título na língua original: La Parentalité Positive dans l'Europe Contemporaine. Evolution de la Parentalité: Enfants Aujourd'hui, Parents Demain.

paz, senão, o caos pode se instalar. Estamos conscientes que as dificuldades intergeracionais, correspondendo aos diversos sintomas que os meus clientes apresentavam, eram o “caos instalado”, refletindo nos comportamentos irreverentes e no sofrimento. A ausência da lei, da ordem, da coerência e do saber como criar, substituída por atitudes incoerentes e doentias, era captada e internalizada pelas crianças, que “(...) aprendem observando e imitando as pessoas que as rodeiam. Os psicólogos chamam-lhe aprendizagem por observação” (GOPNIK, 2016, p. 103).

A Parentalidade estava destorcida, os recursos instintivos, empíricos, embasavam o princípio da tentativa / erro, e as consequências eram inevitáveis. Pessoas psicologicamente doentes, instintivamente buscavam procriar sem a mínima condição de parentalizar. A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, no seu Preâmbulo, recorda que, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Organização das Nações Unidas proclamou que a infância tem direito a uma ajuda e assistência especiais. Percebemos que aí se inicia uma nova era, algo diferente começa a ser esboçado para melhorar a condição de vida das crianças. No que se refere à família, afirma o Preâmbulo

Convictos de que a Família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular as crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade. Reconhece ainda que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, p. 3).

Ao atentarmos para essas proposições, facilmente percebemos o embrião da Parentalidade Positiva, que se define, segundo DALY (2007, p.23), “como ações que têm como objetivo atender aos interesses essenciais da Criança”.

No que se refere à criança, pode-se ler ainda, no Preâmbulo da Convenção, que

a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidades de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento (Convenção, p. 4).

Esta fase da evolução, poderá vir a ser um marco, em virtude da contribuição legada pelos poderes institucionais mundiais, mediante o reconhecimento da necessidade pelos Estados dessa intervenção, dando o suporte necessário para a inclusão da Parentalidade Positiva e dos Direitos da Criança na educação formal, pois,

Os Estados Partes respeitando as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família alargada ou da comunidade nos termos dos costumes locais, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados

ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela presente convenção (Artigo 5 da Convenção dos Direitos da Criança, p. 7).

A CRIANÇA COMO ATOR SOCIAL

Segundo DELALANDE (2014, p.2),

uma criança é um ator quando um adulto (cidadão e/ou pesquisador) reconhece a sua capacidade de agir e permite que exerça sua ação sobre o ambiente. É um indivíduo capaz de contribuir com a sua parte no jogo social, capaz de iniciativa e de pensamentos que contribuem na construção de nossa sociedade e que são consideradas pelos adultos assim como as iniciativas adultas. Em suas interações com os adultos, ela reage ao que lhe é proposto e/ou imposto (Sirota, 2005); em suas interações com seus pares, ela ajuda na construção das “culturas infantis”.

Consideramos que a criança não é só o destinatário da ação do adulto. Este, em si, prepara a criança, passa as orientações, cuida, protege e educa. E o faz levando em consideração a especificidade de cada indivíduo, o que também vemos nas atitudes dos professores. Observa-se, assim, que as crianças não são seres passivos, vez que suas atitudes geram os estímulos nos adultos. Então, eles “sabem o que querem”. Dessa forma, a criança é ator social na medida em que consegue estabelecer relações intersubjetivas. Adultos e crianças são atores com potenciais diferentes na relação direta da qualidade e da potencialidade do tipo de estímulo que recebem.

Segundo MARCHI,

os pesquisadores que utilizam o conceito o fazem em dois sentidos preponderantes - um associado à “eficácia” e outro à “liberdade”, que são encontrados em proporção inversa caso se esteja a falar de crianças do “Norte” ou do “Sul” do mundo. No primeiro caso, as crianças são ouvidas e atendidas pelos adultos em suas necessidades e seus desejos, tendo posição social e poder elevados. Inversamente, nos países do Sul, as crianças têm muita liberdade (“autonomia física”), mas sua agência tem pouca eficácia, e delas se espera que sejam úteis ao seu grupo social, que, por sua vez, lhes atribui responsabilidades, mas não direitos (MARCHI, 2017, p. 622. apud. LANCY, 2012).

Essas observações nos fazem acreditar que o reconhecimento dos Direitos da Criança foi a base para o seu reconhecimento como ator social. Sua ação reivindicava, direta e indiretamente, os cuidados que viriam a estimular os atores do “Norte” a cada vez mais se aperfeiçoarem, e os do Sul a evoluírem e passarem a uma nova e atualizada forma de atuação. São considerados atores sociais, também, as crianças de rua, os delinquentes e os usuários de drogas. Vários estudos sociológicos têm definido as condições pelas quais eles se estruturam para assumir essa posição na vida.

Como alude MARCHI,

O traço a ser destacado nas biografias das crianças “de rua” é o fato de que o princípio geral das sociedades modernas – a administração da própria vida pelos indivíduos; a conversão da normal em “biografia reflexiva” ou a “biografia faça-o você mesmo” – assume, junto das crianças “de rua”, um caráter paroxístico porque a sua individualização é marginal ao processo de individualização das outras crianças, aquelas submetidas às normas das instâncias socializadoras. Nesse sentido, as crianças de rua são as que levam o princípio da individualização aos seus limites – por não terem a supervisão adulta – e, dessa forma, antecipam e anunciam uma “crise da educação” que hoje vemos traduzida na chamada “crise social da infância” (MARCHI, 2017, p. 621-622).

Acreditamos, por isso, que se faz necessário um despertar de consciência para uma reestruturação nos processos de criação, educação e socialização, com os estímulos positivos advindos da Parentalidade Positiva, inspirada na Convenção dos Direitos da Criança, que permitam estimular o potencial e a autoestima das crianças, para se tornarem atores sociais na busca de melhores formas de viverem suas vidas.

METODOLOGIA

Do ponto de vista do método, recorreremos, numa abordagem qualitativa exploratória inicial, a uma recolha de dados realizada mediante a realização de “Focus-Grupos” com pais, educadores, auxiliares de ensino e crianças no contexto de jardim de infância²⁴⁸. Foi nossa intenção captar percepções acerca da satisfação e da dificuldade em ser pai/mãe na atualidade, ser professora e auxiliar de educação, na perspectiva de todos os que diariamente interagem no processo de cuidar e educar crianças pequenas (de 6 anos) e também a percepção das crianças acerca de ser filho/a.

Essa pesquisa preliminar realizou-se a pedido, numa instituição de ensino frequentada pela classe média, em Salvador, Estado da Bahia, Brasil²⁴⁹. Os focus-grupos, diferenciados por categorias, tiveram em torno de 50 minutos, com exceção do grupo das crianças, que teve a duração de 25 minutos, e contamos com a presença da professora da classe e a auxiliar correspondente. Por razões éticas, fora informado aos participantes que seria garantido o anonimato da escola e dos intervenientes. Destacamos, ainda, o caráter voluntário da participação, havendo o consentimento de todos os entrevistados com os termos e procedimentos que a escola considerou adequados. Por sua vez, o pesquisador se comprometeu a fazer a devolução dos resultados na escola, assim como uma palestra seguida de debate a realizar em data oportuna, previamente agendada.

248 Contamos com um “grupo de pais”, composto por quatro mães e um pai. As idades variavam entre 35, 39, 42 e 45. Todos tinham curso superior. Todos eram Biparentais; o número de filhos variava entre 2, 4 e 7 filhos. O segundo grupo foi o grupo dos professores, composto por três professores, todos do sexo feminino. As idades eram de 30, 35 e 39 anos, todas com curso superior, (Pedagogia), com tempo de atividade; 3 anos, 12 anos e 22 anos. Todas casadas. Não foi investigada a maternidade. O grupo seguinte foi o das auxiliares de ensino. Todas do sexo feminino, com idades de 27, 36 e 44 anos. Tempo de atividade entre 2 meses, 3 anos e meio e 17 anos. Escolaridade: ensino médio completo, ensino médio completo e segundo grau completo. O estado civil e maternidade não foram investigados. E, por fim, o grupo das crianças; foram sete participantes, 4 meninas e 3 meninos. A idade média era de 6 anos, e o curso era o primeiro ano do ensino fundamental. Questões acerca de estrutura familiar não foram investigadas. Duas dessas crianças apresentavam dificuldade especial ligada à síndrome de (Dow).

249 Não âmbito do doutoramento iremos alargar o espectro social da pesquisa.

RESULTADOS PRELIMINARES

Nesta comunicação, daremos ênfase a alguns resultados do focus-grupo realizado com os pais: um total de 5 pessoas (quatro mães e um pai).

O guião da entrevista continha 11 questões, mas, por limitação de espaço, somente trouxemos para aqui 5 delas e as respostas associadas. Seleccionamos as questões que mais se prendem ao tema desta comunicação.

1. P. Como Aprenderam a ser Pai/Mãe? Observando, criando irmãos, Ajudando?

1.R. “Eu me espelhei em **meu Pai e Minha Mãe**”. “Minha Referência são **meus Pais**”. “A **Literatura** me ajudou”. “Eu acho que a **experiência** vai ajudando”. “A **educação vai acontecendo a cada dia**”.

Se estas mães e pai salientam a importância da transmissão geracional na aprendizagem parental esta não esgota as necessidades sentidas no exercício parental. Assim, não deixam de estar disponíveis para aprender com a sua própria experiência e de aceitar que a relação com os filhos se faz/aprende no quotidiano, bem como em outras fontes (literatura).. **Educação vai acontecendo a cada dia.**

2. P.O que vocês sentem e pensam acerca de ser Pai/Mãe hoje?

2. R. “Além do **prazer**, do **amor** que agente sente o que acho, é a maior recompensa de ser pai e mãe é experimentar esse amor”. “Eu tenho vários medos, mas, quando eu paro para pensar; fico com Deus”. “Eu penso sempre em cuidar de meu filho (a), para **dar a melhor forma de viver e preparar para o mundo**. “ **A gente cuida deles como os melhores amigos, para proteger das influencias negativas**. “ **A gente dá a base**, para quando eles crescerem perguntar se está certo ou errado. “Eles vão ter agente para o resto da vida orientando no que for necessário. “ **Se não ficarmos perto, eles irão para as influencias negativas com certeza**”. “Se não **orientar** eles, aí vêm todos os problemas para a família”. “Como a violência, as influencias negativas, as drogas, estão aí, **temos de falar a verdade para nossos filhos**”. “Penso que eles vão aprendendo com a vida e temos de **criar para o mundo para ser independente, com sua autonomia**. “ **Penso em ser uma referencia**, “acho que é um pensamento de Aristóteles, - Aprender por imitação”, aí a minha preocupação é **está sempre dando uma boa referencia**”. “**As vezes erramos**, aí eu penso, meu Deus e agora, ai falo; aquela briga com seu pai, o que eu falei não foi adequado, **vamos concertar**. “ – “ Eu penso que agente tem que **mostrar o que é certo e o que é errado**”. “O que eu penso é que queremos sempre **dar o melhor, mas às vezes eu também deixo ele passar por algumas dificuldades**”. “Eu penso que ele tem que saber que nem tudo são flores, e que nós temos também momentos difíceis”.

Hoje, para estas mães e pai os filhos são uma fonte inesgotável de amor, esta é a maior recompensa, o afeto. Mas os filhos são também uma fonte inesgotável de preocupação: saber como agir correctamente como pais, ser uma referencia, transmitir uma orientação moral (distinguir o certo e o errado) falar verdade mas proteger com segurança face a inúmeras ameaças externas que os poem em perigo e à família, mas sem limitar a experiencia da autonomia e da independencia necessárias para o futuro e não evitar a frustração, pois na vida... **A gente dá a base... mas... nem tudo são flores**

3.P. O que vocês acham desta pesquisa?

3. P.“Eu penso que essa pesquisa vai dar **um embasamento de como criar melhor**; “.- “Eu acho que será uma fonte para os pais dizer assim, poxa **eu queria saber como era ser pai;**” – “Eu acho que deveria ser como um curso para **se saber se é isso mesmo que se quer;**” – “Penso que vai **estimular os pais e todos os envolvidos a refletir melhor.** “ – “Penso que possa **abrir a mente dos pais em relação a formação dos filhos;** “

4.P. Vocês acham que esta pesquisa irá encerrar um benefício?

4. R.“Acho que sim, **vai ser bom para todo mundo...** com certeza; “.- “Penso que se todo mundo tiver acesso, vai ter um resultado muito bom; “.- “**Agente precisa mesmo;** “.- “E quando terminar você volta aqui para mostrar os resultados? “

4.5. Estas mães e pai estão disponíveis para serem melhores pais e estão disponíveis a ser informados por outros (peritos) acerca da parentalidade. Esta disponibilidade diz-nos que sentem uma margem de incerteza no exercício parental que aceitam ser colmatada com formação adequada... **A gente precisa mesmo.**

5. Como vocês percebem o efeito desta pesquisa nos currículos dos professores e dos alunos?

5.R.“ Eu percebo que **se todo mundo estiver envolvido cria uma unidade,** a gente pensa na coisa homogênea; “.- “penso que **se todos estiverem envolvidos no contexto será muito bom;** “.- “Percebo que se todos estiverem envolvidos só tem que melhorar; “.- “Percebo que **se a família está consciente, se os professores estão inseridos e também os auxiliares, todos aprendem e se beneficiam;** “.- “Porque eles vão nos ensinar e a gente vai saber lidar de forma coerente para a formação daquele ser. **“Então eu acho que é de suma importância o envolvimento de todos no processo;** “.-

Estas mães e pai estão conscientes que partilham a educação dos seus filhos com as professoras e auxiliares...com a escola. Para que a educação dos seus filhos seja coerente, precisa envolver em sintonia os adultos da escola. Esta disponibilidade diz-nos que sabem que a formação dos pequenos seres sofre um

processo de influencia que deve ser acautelado na sua harmonia **Então eu acho que é de suma importância o envolvimento de todos no processo;** “.

Em suma, algumas questões gerais se salientam na análise efetuada: o elevado significado que têm nos pais as preocupações sobre o desenvolvimento e segurança dos filhos em contexto familiar, mas também o amor. Como se refere CUNHA (2006), os filhos tornaram-se “ uma fonte de alegria e de afeto na vida dos pais Destaca-se, também, o padrão de aprendizagem intergeracional, com a referência reiterada dos modelos, os pais”. Como afirma GOPNIK (2016 p. 31), “as nossas capacidades humanas, mais distintas e importantes – as nossas capacidades de aprendizagem, invenção e inovação; de tradição cultural e moral –, estão enraizados em relações entre pais e filhos”. Mas também se observa a disponibilidade para refletir e aceitar formação adequada. É nesse contexto que o aprendizado da Parentalidade Positiva, com o reconhecimento do direito das crianças, certamente fará uma grande diferença na estruturação da personalidade da próxima geração. Têm grande significado também para o desenvolvimento do objetivo deste trabalho as respostas que salientam a desejada sintonia educativa entre pais e outros adultos com funções educativas, a qual nos leva a acreditar que existe uma grande carência nos currículos escolares e na própria formação educacional, além de uma cultura que qualifique o aprender a ser pai, mãe e cuidador.

Por fim, acreditamos nas consequências resultantes de uma criação saudável, refletida nos filhos, possibilitando uma evolução desejada na qualidade das atitudes desses filhos quando futuros pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento dos Direitos da Criança, a evolução da Parentalidade, o advento da Parentalidade Positiva, com seus princípios e práticas, e a Criança como Ator Social, informam os objetivos deste projeto de pesquisa. Os dados apresentados são parte de um projeto maior a ser desenvolvido no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Porto. Visa produzir contributos para propor a inclusão do tema da Parentalidade Positiva e dos Direitos da Criança na Escola, completando o currículo das crianças e o currículo da formação dos professores, dado o seu potencial para a concretização dos Direitos da Criança e para a prevenção primária de transtornos intergeracionais. Este poderá ser um grande contributo para a educação, tanto no presente quanto no futuro

REFERENCIAL TEÓRICO

BENEDEK, Therese. **Parenthood as a developmental phase**: A contribution to the libido theory. Journal of the American Psychoanalytic Association, 1959, 7.3: 389-417.

CUNHA, Vanessa. **As funções dos filhos na família**, 2016, Capítulo IX, ICS, Lisboa.

DALY, Mary, et al. **La Parentalité Positive dans l'Europe Contemporaine**. Evolution de la Parentalite: Enfants Aujourd'hui, Parents Demain. Conférence des Ministres Europeens Charges des Affaires Familiales XXVIIIeme session, Mai 2006.

DOMINGOS, Ana Maria, et al. **A teoria de Bernstein em sociologia da educação**. Fundação Calouste Gulbenkian. 1986, Serviço de Educação, Lisboa.

FRANÇA, Janaína. **Tornar-se mãe em período perinatal: processos psíquicos de construção da maternidade**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2013.

Gobierno de España. **Ministério de Sanidad Servicios Sociales e Igualdad**. brasileira. 2018, ac. 5.5, disponível em: <<http://www.savethechildren.es/quiero-quetequiero>>.

GOPNIK, A. 2016, **O Jardineiro e o Carpinteiro, círculos de Leitores**, Lisboa. Temas e Debates.

MARCHI, Rita de C. **A criança como ator social-críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos**. Práxis Educativa (Brasil), 2017, 12.2: 617-637.

MARTIN, Claude. 2012 "Généalogie et contours d'une politique public émergente" in: HAMEL, Marie-Pierre, LEMOINE, Sylvain (coord.). 2012, **Aider les parents à être parents. Le soutien à la parentalité, une perspective internationale**. pp. 25-56 Centre d'analyse stratégique www.strategie.gouv.fr

PECNIK, N., 2007 « **Pour une vision de lá parentalité dans l'intérêt supérieur de l'enfant** », La parentalité Positive dans l'Europe contemporaine. Evolution de lá Parentalite: enfants Aujourd'hui, parents demain. Conférence des Ministres Europeens Charges des Affaires Familiales XXVIIIeme session, mai. 2006, pp. 13-32.

POTHET, J. 2015, **Le soutien à la parentalité: élaboration institutionnelle, éclectisme de ses mises en oeuvre professionnelles, réception par ses publics**. Sociologie. Université Grenoble Alpes, Français.

SULLEROT, E. **Que Pais Que Filhos**, 1992, Lisboa, Relógio d'água.

UNICEF, et al. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adaptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 1989, 20.

WINNICOTT, D.W. **A Família e o Desenvolvimento do Indivíduo**. Trad. Jane Corrêa. Belo Horizonte, Inter livros Editora, 1980.

WINTERHOFF, Michael. **Por que os nossos Filhos se Tornam Tiranos?** 2011
– Lua de Papel, Barcelona.